

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

PROF. DEJAIR DIONÍSIO

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO E SAUDAÇÃO:

Olá, discentes!!!

Com esse material de apoio, esperamos que vocês possam entender melhor como a nossa sociedade está, de forma histórica e cultural, ligada a outras sociedades, o que demonstra que somos frutos de outras sociedades, complemento e ressignificação de outros modos de vida, de interesses coletivos e individuais.

Esperamos que façam uma boa leitura e que possam, a partir dos eventos compartilhados aqui, com o apoio teórico que é apresentado, conhecer alguns aspectos de nossa sociedade.

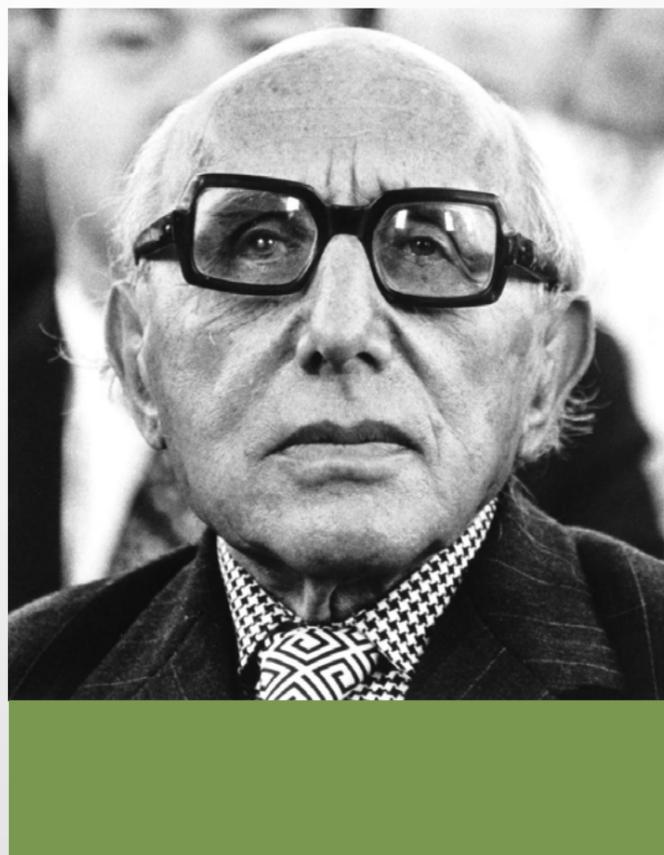
Excelente leitura!!!

A FORMAÇÃO SOCIAL

A partir do pensamento de Norbert Elias, traçaremos uma ideia do que pensamos ser a educação permeada na sociedade. De forma geral, o pensador aborda durante suas pesquisas, preocupações e demais contextos ligados à essa ideia, de forma a “forjar” uma teoria, a partir, principalmente, do seu estudo da sociedade de corte. Tal estudo, para ele, pretendeu fazer com que a investigação sociológica desse modelo de ocupação de espaço por uma parcela da sociedade, suscitasse a dinâmica desse grupo social e de “como e por que se forma, durante determinada fase do desenvolvimento do Estado, uma posição social que concentra nas mãos de um único homem, uma abundância de poder extraordinária” (ELIAS, 2001b, p. 28). A problemática aqui, é tentar compreender não um rei individual, mas de que forma as posições sociais, a peculiaridade de sua investigação sobre e como compreender a constituição dessa figuração de interdependência dessa figuração de poder; o rei e sua família e as demais que a ela se ligam: a corte.

Analisando assim, um modelo social de uma formação em particular, a francesa, ela acaba por nos fornecer insumos para compreender outras sociedades parecidas, em outros tempos, lugares, que busquem compreender a alteração dessas estruturas para as atuais, como os grupos sociais familiares, que controlam de forma coronelista a sociedade de várias localizações na atualidade.

A formulação aqui é pretender entender o caráter de sua singularidade dos fatos e acontecimentos históricos, e como eles afetarão a sociedade. Ainda segundo Elias, é necessário salientar a necessidade de empreender e deslocar o nosso olhar para uma perspectiva mais relativista, pois aquilo que parece ser singular e único para um nível, pode ser visto em outro momento ou lugar, somente como uma eterna repetição. Por isso é



importante observar que os ritmos de mudança em sociedades que se pareçam iguais, ocorrem sempre de forma diferente, apesar de tomarem a aparência de imutabilidade ou percepção extremamente lenta de mudanças.

A percepção de uma mudança, de um acontecimento, de um certo dado, sempre está atrelada a concepção de mudanças e rupturas, muitas das vezes necessárias para que aja progresso de pensamentos, de atitudes e das relações entre o indivíduo e a sociedade que ele pensa para si. A sua afirmação de que “a história é sempre história de uma sociedade, mas sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 45), nos leva a pensar que tanto a sociedade e o indivíduo não podem ser pensados de forma distinta, pois tanto um quanto o outro, se formam e são únicos em si mesmo. Por isso participam e estão sempre atrelados às mudanças estruturais.

Sendo assim, é importante acrescentar que suas ideias são contrárias ao pensamento de Émile Durkeim (1858-1917) e à concepção que ele apresenta em suas teorias, da existência de uma interpenetração indivíduo e sociedade. Ainda segundo Émile Durkeim, os três tipos de educação existentes, a saber, a carismática, a legal e a tradicional, correspondem a três formas iguais de dominação e que a educação, constitui elemento integrador da sociedade, sendo pais e professores agentes sociais responsáveis pela inculcação de valores sociais nos educandos. A base de refutar esse pensamento, é a de que seria necessário haver uma existência em separado, para que essa interpenetração aparecesse. Portanto e, para ele, a sociedade não seria um somatório de indivíduos nem os indivíduos poderiam ser anteriores à sociedade, pois “a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo, não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas” (ELIAS, 1994^a, p. 9).

Na perspectiva de Elias, a constituição da dinâmica entre sociedade e indivíduos é relacional, repleta de contradições e tensões; implicando lugar/posição social (propriedade, trabalho, classe, etnia, gênero, geração, instinto, afeto, amizades, coleguismos, etc), em constante relação de dependência mútua. Assim, se constrói o seu conceito: os seres humanos estão ligados e associados uns aos outros de formas específicas de dependências recíprocas, o que ele denomina como figuração, ou seja, uma formação social de dimensões variáveis, tais como: cidade, nação, aldeia, comunidade, cidade, estado, país, um time de futebol ou de basquete, etc.

Nessa figuração, já apresentada acima, pressupomos uma cadeia diferenciada de relações, que está presente de forma simultânea entre pessoas interdependentes. Portanto, a individualidade só é possível para pessoas que crescem em um grupo, em uma sociedade, o que também nos faz concordar que as formações sociais se produzem historicamente pela existência de redes de dependência e interdependência humanas e individuais e/ou grupais e/ou societárias.

Portanto, falamos de uma cadeia de relações de poder e controle e que se manifestam de forma mais evidente ou não, quanto mais se tornam dependentes um do outro. Nesse sentido, outro tema importante para as ideias de Elias é o tema das coerções, central nas análises sobre as figurações sociais, já que “as coações impostas pela natureza animal, coações decorrentes da necessidade de sobrevivência e da interdependência (vinda do outro) e autocoação” (ELIAS, 1997, p. 42). De acordo com ele, elas; as relações, mudam em ritmos diferenciados. Essas citadas anteriormente, podem variar e “consiste numa mudança na relação entre coações sociais externas e autocoações individuais” (ELIAS, 1997, p. 43-44). Isso permite entender a diferença de tipos de coação em Estados absolutistas ou ditatoriais e em Estados democrático-representativos.

Nesse sentido, entendemos que as formas diferenciadas das alterações dos comportamentos aceitáveis, que aparecem por meio da mudança nos sentimentos de vergonha e embaraço, do controle dos impulsos, ocorridos num processo de longa duração de sociabilidade e de outros fatores históricos, alteraram também os padrões do que uma sociedade exige e proíbe como regra de sociabilidade.

Quesitos ligados diretamente a ideia de valor civilizacional, Elias pensará num padrão universal de moral e costumes, pois o processo civilizacional do Estado, “a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes (...) devia seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação interna do país pelos reis” (ELIAS, 1994a, p. 62). Assim, tornar uma nação turbulenta, rebelde em um povo pacífico, sempre foi o ideal buscado e perseguido pelos monarcas, e isso levará a concepção de que a autoimagem formada pelos países europeus – de deixarem de ser bárbaros, para tornarem-se civilizados, projetarão a ideia de levar esse instinto de nacionalidade para outras paragens sociais, que lhes cabia – concepção deles; civilizar.

O controle sobre a violência física, assunto que nos deteremos um pouco mais, apresentar-se-á nas sociedades dos séculos XIX e XX, como legítimo e legitimador de guerras entre nações, a partir de princípios nacionalistas e civilizadores. Além disso, o uso controlado da força física pelo Estado foi e é legitimado para a pacificação interna com argumentos humanizadores e civilizadores. Segundo Elias (1997), pacificação, violência e civilização são elementos pertencentes a uma mesma dinâmica, e constituem as fontes de manutenção e, ao mesmo tempo, de desestabilização do equilíbrio de poderes entre as nações e entre os membros de uma mesma nação. Assim, poderemos observar que o uso em maior ou menor grau de violência em uma sociedade está em consonância com uma série de fatores como o trabalho, escolaridade, relações étnicas, de gênero, geracionais, das condições de vida, comportamentais e demais.

Ademais, será no mesmo século XX e, especialmente nele, que os atos de violência estarão relacionados diretamente a uma questão: a tentativa de idealizar uma autoimagem de ser civilizado, possibilitada concretamente pelo monopólio da violência estatal e as várias tentativas de controle da pacificação interna, a partir da formação de grupos de controle social. E serão essas duas componentes, a pacificação interna e a ideia de ser civilizado, que apresentará uma ideia de acumulação de experiências sociais e educacionais, desafiando a imagem que as pessoas têm de si mesmas, como sociedade civilizada e ou como pessoas superiores. Elias (1997) ainda afirmará que as pessoas, de forma geral, estarão propensas a se ver como civilizadas, em relação aos seus congêneres anteriores, acreditando que o seu processo e padrão de civilização e racionalidade estariam para além da barbárie das sociedades passadas.

Mas a história nos diz sempre que, o processo de barbarismo, depende muito de quem conta a história, de como ela será apresentada e representada, além de notar-se que a impregnação dessa visão civilizacional, se realiza pela noção de sociedade superior, apesar do estranhamento de ainda haver estranhamento, quanto a atos de barbarismo, de estupros e de acreditar que determinada “raça” ou grupo social, tentem manter a expectativa de superioridade, como demanda de um longo processo de aprendizagem das figurações humanas; portanto esses grupos que se auto imaginam civilizados, estranhem os atos de violência. Apesar de haver a compreensão de que a sociedade está em permanente construção, esses grupos se auto elegem como melhores e se auto nomeiam como o padrão a ser seguido, pelas demais sociedades em geral.

ESCOLARIZAÇÃO

Para Elias, como poderíamos evocar as ideias de escolaridade no processo de Modernidade? Nas suas obras, em alguns momentos se alude a escolarização da sociedade, mas isso de forma generalizada e enquanto uma figuração social. Ele sugere que aparece o monopólio da educação e dos saberes elementares por meio da obrigatoriedade escolar, desabrigando, de forma geral, todas as sociedades que não possuem uma forma de escrita, tornando os processos educativos atrelados a sociedade em que estão inseridos, nos levando a discutir a escola obrigatória em sua configuração funcional no nível das relações de poder macro e microsocial.

Os apelos à escolarização dos povos demonstram um amplo caráter integrador e inclusivo, que buscou sempre legitimar do equilíbrio de poderes que se fundamenta essencialmente na formação da opinião pública, na produção da “nós-imagem” nacional, ou de um padrão imaginado de comportamento a ser seguido.

Daí o surgimento de padrões de ensino, onde se observa que a educação é um processo que ocorre não apenas em instituições acadêmicas na Modernidade e em uma sociedade que se caracteriza por um conjunto de pessoas que aceita noções de moral divergentes entre seus indivíduos, em que a educação e sociedade são conceitos interligados e acabam por interferir nos processos educacionais que podem refletir um momento político de uma sociedade.

No caso brasileiro, por excelência, veremos que o ensino no Brasil Colônia não era acessível a todos, uma vez que o uso legal da força física não esteve totalmente centralizado no Estado, o que diverge do que pontua Elias, ao considerar o monopólio desse atributo, ao Estado. Senhores de escravos detinham a autonomia para o uso da violência, como o uso de açoites, tortura, marca de ferro quente e todas as demais penas consideradas cruéis, gerando muitas tensões entre os vários grupos sociais que forma se formando. Os escravizados não tinham escolas dentro das senzalas fornecidas pelos seus senhores, já que o ensino esteve voltado apenas para pessoas mais abastadas e era utilizado como ferramenta de manipulação das massas. Desvalorizados enquanto pessoas no território brasileiro, esses aspectos daquele momento social e educacional levaram a insurreições, como o caso da Revolta dos Malês ocorrida em 1835 em Salvador e no Recôncavo baiano, embora tenha resultado no massacre dos revoltosos foi um importante marco na história da resistência do povo africano escravizado. Revolta do Malês em 1835, um evento completamente vinculado à brutalidade que os negros eram submetidos e haja visto como não foram recompensados no evento dos Lanceiros Negros, com a promessa de libertação da escravidão, caso o Brasil saísse vitorioso da Guerra do Paraguai. Após 10 anos de luta, os lanceiros negros não foram libertados.

Apresentamos esses dois eventos apenas como exemplo de como a sociedade nos moldes de privilegiar determinados segmentos sociais, aliados a cultura de violência e autoritarismo desenvolvida no interior das classes proprietárias, alterando profundamente o conceito de produção de uma sociedade civilizatória brasileira. Aparece, assim, a heterogeneidade das elites dominantes, suas redes de interdependência e estratégias de equilíbrio de poder, sempre aliadas aos núcleos jurídicos, judiciários e dos executivos que ali se constituíam. Holanda (1995) corrobora a ideia dessa aristocracia portuguesa aqui instalada, pelo individualismo das ações e pelo menor potencial de interdependência entre os grupos das elites.

Na comparação do que propõe Elias até aqui, é interessante observar como as nações ibéricas, na falta de racionalização da vida, “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou

incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior” (HOLANDA, 1995, p. 38). Sabendo que não houve uma monopolização absoluta do poder metropolitano sobre a colônia, prevaleceu a fragmentação e a autonomização das redes de poder uma característica constituída desde as capitâneas hereditárias. O que gerou a disputa local por terras e poder, de facções, como as atuais que nos perseguem até hoje, além de um clientelismo sem fim entre as relações de poder no país.

Afirma Holanda que “o peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das finalidades ordenadas, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente” (HOLANDA, 1995, p. 61). Portanto, nos parece pertinente indagar sobre quais os recursos de poder foram possibilitadores do estabelecimento de relações de superioridade e estigmatizações sociais de maneira a fazer com que as elites se auto intitulassem civilizadas e

Veja o documentário: Raízes do Brasil

portadoras da missão de civilizar as populações. Uma das possibilidades da leitura de Elias (2000), aponta para o fato de que, nessas relações, há indícios de um equilíbrio de poder instável e cujo recurso primordial e quase único está em produzir mais estigmatizações, como forma de manter-se e manter, para além, o excedente de poder.

A relação é direta com os problemas que surgem da institucionalização da escola. No imaginário da sociedade imaginada no imaginado equivocado de uma sociedade civilizada, a instituição do ensino elementar, como unidade de referência civilizatória, esteve sempre configurada por padrões homogêneos de acesso ao saber racionalizado e a procedimentos idem homogeneizados de comportamento e até hoje, de vestimenta, com o uso de uniformes, determinados modelos de corte de cabelo, etc. Assim, cabe considerar que, de certa maneira, a proposição de Sérgio Buarque de Holanda (1995) em relação ao homem cordial vai de encontro a uma tensão entre uma civilização universalizada dos códigos de comportamento desejável e a coerção externa como característica de comportamento possível, ou desejado, além de consolidar a autocoerção como habitus social.

Então, essa escola elementar pública, a partir do século XIX, se diferenciou de qualquer experiência anterior de acesso ao saber. Torna-se inclusiva, destina-se a transmissão da racionalidade e formação controlada e homogeneizada da opinião e é, por assim dizer, uma referência forçada, mas institucional, de referência civilizatória. O processo de educação, que deveria ser um processo horizontal, envolvendo troca de experiências e maior proximidade do conteúdo ministrado com a realidade e interesses dos alunos, proporcionando uma experiência mais rica e com resultados superiores à um ensino verticalizado e doutrinacionista, não se constituiu na formação inicial e nas primeiras ideias que surgem à respeito da educação, até por não ser pública e gratuita para todos, quando foi instaurada em todo o país na independência, em 1822.

Relembrando que o grupo que ascendeu ao poder foi o que tornou a escolarização obrigatória e, ao mesmo tempo, foi desejada pela sociedade de uma maneira geral como fator possibilitador de novos valores de pacificação: desenvolvimento cultura, ascensão e mobilidade social, socialização, etc, consideramos que esse elemento constituiu-se como um dos fatores de equilíbrio de tensões e controle sobre as relações de interdependência, a escolarização pública e obrigatória se organiza sob o princípio de que os governos passam a ter a sua disposição instituições, pessoas e objetos autorizados e – aliados a outras formas de poder e coerção, a exercer o ensino legitimador dos saberes úteis e necessários à edificação e à manutenção da civilização de uma sociedade.

Surgem algumas questões, pertinentes para se pensar a educação: quem deve controlar a educação, ou em quais quadros serão recrutados e como devem ser distribuídos os benefícios e ônus do monopólio. Nesse aspecto, a profissionalização da educação, enquanto instrumento de afirmação social e nacional e, a produção da educação como suposto benefício coletivo de toda a configuração do indivíduo, passa a ser de ônus público. Aqui percebe-se a alteração desse indivíduo com a suposta sociedade que surge. O sentimento de pertencimento a uma nação demandou processos e instrumentos de aprendizagem que variaram desde a sua forma legal de ser cidadão de direitos e deveres, até a perspectiva cultural de apropriação de uma cultura nacional, até porque, o conceito de nação se liga diretamente a uma comunidade simbólica, antes de tudo o mais que ela emane.

E a escola aparece como um desses elementos simbólicos, sendo referência fundamental de forma a não pôr em risco a autoimagem de que uma sociedade civilizada repasses seus códigos de conduta, de comportamento e de interação. Ou ainda não há uma civilização anterior à escola, mas uma civilização que se faz, também com a escolarização. Dessa maneira, a crença de que somente após a independência política, é que veremos a divulgação e a própria criação de elementos que simbolizem a ideia de pertencimento a algo

que se quer como nação e simbologia de um ideal de comunidade simbólica nacional. De forma muito diferente de países europeus, aqui a ideia de nação se fez simultaneamente à monopolização da violência. Se, ainda, em se tratando de uma sociedade que se fez inicialmente, de forma cindida entre uma parte da população feita de indivíduos livres e escravizados, a referência civilizatória que passa pela escola e seus símbolos forjados, integrada, ou não, a uma civilização específica.

Cabe salientar também que, no período que abrange o século XIX e avança para o século XX, a monopolização dos saberes elementares objetivou, certamente, um grupo específico, propondo debruçar-se sobre os pobres, negros e mulheres (lembrando que não havia uma unidade nacional, devido a divisão do território em províncias ao longo do século), mas voltada e exclusiva para cidadãos, e não para escravos, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim, conclui-se que é parte de uma dinâmica da monopolização da violência, para cidadãos, e não necessariamente que incluiria escravos, avançando para a educação e a escola. Avançamos com a lembrança dos fortes traços elitistas, de fragmentação das práticas que isso simboliza, como a localidade de atos e a produção de uma cultura de poder centralizado, mas fragmentado, com suas nuances particulares e regionais.

REGIONALIZAÇÃO E TRADIÇÃO INTERESSEIRA

José Murilo de Carvalho (1998) observa nos seus estudos que, para e na tradição da nação brasileira, os traços de regionalização tornaram-se tão fortes que o problema da tal identidade nacional, se complicava no desejo e na negação do grosso da população, cujos vínculos territoriais poderiam ser, por várias gerações, essencialmente localizados, acabando por se tornar também como um problema das elites. Se já havia um sentimento nativo antiportuguês a antiinglês, isso não teria sido suficiente para a definição de significativas identidades comuns entre os habitantes das diferentes províncias brasileiras. Ainda o desenvolvimento de diferentes redes de interdependência muito fortes, estabelecendo formas clientelísticas de poder. Assim, o exercício da coerção externa que supera a autocoerção, dada a fragmentação e fragilidade nacional, gerará uma terra em que a cultura do desenvolvimento do autoritarismo prevalecerá.

Fica evidente que o “nós-nação” e o “eles-nação”, sendo que o primeiro grupo são as elites brasileiras e o segundo a que resta, supõe a apropriação das elites dos valores e códigos simbólicos, da ideia de civilização, tomando-a com o objetivo de produzir sua autoimagem e de consolidar sua superioridade. Observa-se a

criação de cargos, de distinção social, privilégios exclusivos e procedimentos burgueses, buscando sempre, se afastar da população menos abastada, através do culto ao dinheiro, poder e cultura. Nesse caso, a mobilidade não atingiu o outro contingente da população, mantendo praticamente estática a competitividade social.

A ciência de civilização e de nação não se deram por vias de aproximação, mas sim pelo comportamento corporificado no afastamento da ciência e arte de produção de valores simbólicos, mas de uma sobreposição da elite sobre a população, afastando e gerando sempre códigos de comportamento, de distinção que as afastasse uma das outras, cada vez mais. Assim, a universidade pública gratuita que é de obrigação do Estado, por exemplo, não atinge o grosso dos que a buscam, já que marcas de formação e distinção escolar pesam sobre aqueles que almejam uma vaga; mantém-se a inércia, por muito tempo, das mulheres não terem acesso à educação com a mesma facilidade e qualidade que homens; será somente na década de 1930 que a educação profissionalizante e mais abrangente para diversos setores da sociedade começa a tomar forma, momento em que uma das ações mais importantes do período do presidente Getúlio Vargas foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, constituindo uma série de propostas feitas por conceituados educadores da época sob a liderança do professor Fernando de Azevedo para a melhoria da educação no país. Assim, avanços dessa estrutura começam a tentar alcançar as demais parcelas da população e, no final da Era Vargas em 1954 surge uma estrutura de educação no país que era composta por: ensino primário com cinco anos de duração; ensino ginásial, que durava quatro anos; e um ensino colegial (nas modalidades clássica ou científica) que durava três anos.

Esses acontecimentos nos ajudam a pensar na precariedade da escola atual, o problema da infrequência ou frequência flutuante dos alunos, a ausência de uma política educacional estabilizada, a questão da formação dos professores, além de vários outros problemas, o que piora a situação como um todo, já que a própria elite que gerou os códigos e leis por ela própria elaborados, mal dá conta de cumpri-la. A produção de um ethos de superioridade por parte das elites, a ênfase na coerção externa quando a autocoerção se faz pouco significativa, além do lento desenvolvimento de comportamentos e atitudes de competição e distinção social para a maioria da população, denuncia o problema cultural vigente no país. E o engessamento do ensino centrado no professor é verticalizado, e coloca o aluno em uma posição passiva de aprendizado, enquanto o mestre destila seu conhecimento sobre ele, resultado das considerações aqui apresentadas.

Portanto, supomos que a demanda dos movimentos sociais são um fenômeno importante dentro da sociedade, principalmente nas últimas décadas, em que o movimento das minorias tem crescido em visibilidade e força. Sua importância para a educação é justamente de chamar a atenção para as mudanças que estão ocorrendo, auxiliando na construção de uma educação que vá de encontro a configuração social que está se estabelecendo. Uma das faces dessa demanda e pressão social, é a proposição da Lei 12.639 de 2013, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino voltado para a diversidade étnico-racial, incluindo o ensino de história de África e dos afro-brasileiros, afim de buscar sanar, mesmo que tardiamente, essa ideia de civilização criada pelas elites brasileiras. Outro ordenamento jurídico surge em 2008 e que altera essa lei, incluindo a obrigatoriedade do ensino indígena no Brasil.

Mas assistimos na contemporaneidade um possível retrocesso, que sempre nos faz aludir aos problemas da escola enquanto uma crise da educação ou ainda, como crise de governo e de autoridade. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, em tramitação no Senado, com objetivo de congelar os gastos públicos por 20 anos, impactando diretamente no planejamento educacional. Para o grupo que apoia a medida e que são aliados do governo temporário e de transição de Michel Temer, há vários itens que consideram como mitos em torno da proposta da PEC 55. Marcos Mendes disse que o ajuste fiscal que o Executivo pretende implementar “é o que o país precisa”. Afirmou, também, que a PEC, em sua avaliação, “reconstrói o realismo orçamentário”, uma vez que considera que nos últimos anos foram superestimadas receitas e “incluídas mais e mais despesas ao orçamento”. “Com a PEC, o limite de despesas terá de ser obedecido pelo orçamento”.

Assim, uma das principais críticas que se faz à PEC 55 é que suas medidas irão atingir e prejudicar somente a classe menos favorecida da sociedade brasileira e que o atual governo denomina a PEC 55, de “Novo Regime Fiscal”. Nele adota-se, grosso modo, pelos próximos “vinte exercícios fiscais”, ou seja, pelos próximos vinte anos, o congelamento das despesas primárias. Sobre as consequências poderão advir da PEC 55 com relação ao Plano Nacional de Educação e a importância de se pensar qual a visão dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, à respeito da PEC 55 e a opinião da população brasileira, já que com a possibilidade de que elas fossem implementadas em 2016/2017, as duas décadas de vigência da medida ameaçariam a qualidade do ensino, a remuneração dos professores e profissionais da

educação, as políticas de acesso dos mais pobres às universidades, a assistência estudantil, as bolsas de pós-graduação, o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa acadêmica.

Consideramos que na sociedade da informação e do conhecimento, a escola tem o papel de propiciar a integração das mídias ao cotidiano escolar, de forma que os processos de ensino possibilitem a construção de capacidades de reflexão e seleção da informação e do conhecimento, o que não se nota ao exemplificarmos a condição do ordenamento jurídico e de como a proposta de civilização se apresenta no país, já que a elite, domina esses meios. Cada vez mais governos, empresas e educadores deixam de exigir que os professores, na sociedade do conhecimento, se comprometam com o aluno e suas necessidades, para atender às diversas demandas que os estudantes e as famílias trazem para a sala de aula pois, por meio da educação, um mecanismo de coerção social com função socializadora, os indivíduos assimilam os fatos sociais e se preparam para a vida em sociedade, mas isso só seria possível com um modelo que atingisse, de fato, o grosso da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queridos discentes, chegando ao final desse material que buscou considerar algumas questões relacionadas ao pensamento da formação social de nossa população e, passando pela forma de expressão das ideias de Elias, a partir dos levantamentos e apontamentos aqui apresentados, estamos numa sociedade imaginada como uma corrente, onde todos os indivíduos estão ligados por cadeias de interdependência que produzem múltiplas figurações e contextos funcionais e que nos jogos das figurações propostas, de formas diferentes, mas todos, sofrem coerções internas e externas impostas pelas estratégias de manipulação de tudo aquilo que está associado a ela.

REFERÊNCIAS

Deixamos aqui algumas referências, as mesmas utilizadas para a escrita desse ebook e que sugerimos como leitura complementar, que auxiliarão na compreensão do que foi discutido, escrito e estudado até aqui.

Boa leitura!!!

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados. Escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. O processo civilizador, volume 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A sociedade da corte. | Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

_____. Norbert Elias por ele mesmo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

FILHO, Luciano Mendes de Faria (org). Pensadores Sociais e História da Educação. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (org). Pensadores Sociais e História da Educação. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 145-172.